

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Uniprime Pioneira Cooperativa de Crédito, com sede na rua Souza Naves, 279, Centro, Toledo – PR, foi constituída em 03 de janeiro de 1996. A Cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e tem por objetivo a educação cooperativista, a assistência financeira e prestação de serviços aos seus cooperados.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09) e estão em conformidade com a regulamentação emanada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), com destaque para Resolução nº 4.818/20, bem como, pela Resolução nº 02/2020 do Banco Central do Brasil (BACEN) que consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e seguem a base normativa para a elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras.

Foram adotados os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que não conflitem com a regulamentação do CMN e BACEN, quais sejam:

- Pronunciamento Conceitual Básico (Resolução nº 4.924/2021);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável do Ativo (Resolução nº 4.924/2021);
- CPC 03 – Fluxo de Caixa (Resolução nº 4.818/2020);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 4.818/2020);
- CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações (Resolução nº 3.989/2011);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.924/2021);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 4.818/2020);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823/09);
- CPC 28 – Propriedade para Investimento (Resolução nº 4.967/21);
- CPC 33 – Benefícios a Empregados (Resolução nº 4.877/2020);
- CPC 41 – Resultado por ação (Resolução nº 4.818/2020);
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (Resolução nº 4.924/2021);
- CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (Resolução nº 4.924/2021).

Na elaboração destas demonstrações financeiras também foram observadas as disposições da Legislação Cooperativista.

Em conformidade com a Resolução BCB nº 02/2020, para efeito de comparabilidade, o Balanço Patrimonial do período corrente está comparado com o Balanço Patrimonial do final do exercício imediatamente anterior. As demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior, exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021 bem como pelo semestre findo em 31 de dezembro de 2022.

NOTA 03 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios devam ser incluídos na apuração de sobras ou perdas do período em que ocorrerem, simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de regaste e as receitas e as despesas financeiras são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no modelo exponencial.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras de liquidez. Referem-se a recursos que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a três meses.

c) Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Uniprime Central, os quais são por ela utilizados para aplicações interfinanceiras de baixo risco. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos pela lei nº 5.764/1971, que define a política nacional de cooperativismo.

d) Operações de Crédito

As operações de crédito estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. Estão classificadas de acordo com o risco apresentado, amparadas por informações internas e externas em relação ao devedor, seus garantidores e à operação, levando em conta, ainda, as situações de renda e patrimônio, bem como outras informações cadastrais do devedor conforme resoluções emanadas pelo Banco Central do Brasil.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar.

As operações são classificadas em oito níveis, sendo "A" o risco mínimo e "H" o risco máximo. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas e controladas em contas de compensação, não mais figurando no ativo do balanço patrimonial.

e) Provisão para Risco de Crédito

As provisões para risco em operações de crédito foram constituídas atendendo os normativos do Banco Central do Brasil, através das resoluções 2.682/99 e 2.697/00, bem como aos critérios da política de crédito recomendada pela Uniprime Central, classificando as operações por faixas de riscos e constituindo as devidas provisões.

f) Imobilizado

O imobilizado de uso é demonstrado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base no histórico da empresa e do prazo de utilização dos benefícios gerados por estes ativos em conformidade com a resolução CMN nº 4.535/16.

g) Intangível

O ativo intangível está demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido das amortizações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem conforme preconiza à resolução do CMN nº 4.534/16.

h) Operações Ativas e Passivas

As operações Ativas e Passivas com encargos pré e pós-fixados, são registradas pelo valor principal, com acréscimo dos respectivos encargos incorridos, inclusive atualização monetária, observada a periodicidade da capitalização contratual, deduzidas das correspondentes provisões para perdas e rendas a apropriar.

i) Imposto de Renda e Contribuição Social

As cooperativas estão sujeitas à tributação do Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) sobre os resultados positivos com operações e atividades estranhas a sua finalidade e/ou realizadas com não associados, denominado ato não cooperativo. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes.

j) Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Conforme pronunciamento técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e Resolução 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, estão sendo aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriadas para provisões, passivos e ativos contingentes.

k) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos em notas explicativas e são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Eventos Subsequentes.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa são formados por disponibilidades em moeda nacional e investimentos com liquidez imediata, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a três meses, utilizados para o gerenciamento dos compromissos de curto prazo da cooperativa.

Em consonância com a Resolução CFC 1.296/2010, itens 48 a 52, registramos informações complementares à Demonstração de Fluxo de Caixa: Todo saldo de Caixa e Equivalente de Caixa estava disponível para a entidade na data de 31/12/2022. Informamos ainda que a Cooperativa não possui linha de crédito pré-aprovada.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	1.513.313,36	1.045.570,46
Títulos e Valores mobiliários	35.484,08	31.483,51
Relações Interfinanceiras	199.010.191,58	78.192.774,90
Relações Interdependências	2.500.385,00	4.578.052,00
TOTAL	203.059.374,02	83.847.880,87

NOTA 05 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Referem-se a aplicações efetuadas em cotas de fundos de investimentos, registrados ao custo de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

O valor registrado em Não Circulante é representado pela participação na Cooperativa Central de Crédito, Uniprime Central Nacional – Central Nacional de Cooperativa de Crédito CNPJ 03.046.391/0001-73.

NOTA 06 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Centralização Financeira – Cooperativas

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são depositados na Uniprime Central Nacional, que os aplica de forma centralizada com os recursos das demais cooperativas singulares filiadas ao sistema, cuja receita é mensalmente creditada as singulares proporcionalmente ao volume de depósitos mantidos.

A receita de Centralização Financeira no exercício de 2022 foi de R\$ 15.653.576,87 no mesmo período de 2021 totalizou R\$ 4.623.370,88 registradas na rubrica Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários da demonstração do Resultado.

NOTA 07 – RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS

As transferências internas de recursos referem-se a valores custodiados em empresas de transporte e gestão de numerário, que posteriormente serão depositados em conta corrente de titularidade da Cooperativa.

NOTA 08 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a composição da carteira de operações de crédito de curto e longo prazo apresentava a seguinte distribuição:

a) Composição da carteira de crédito por tipo de operação

PRAZO	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento a Depositante	565.967,63	277.779,02
Cheque Especial	7.530.429,69	4.672.398,51
Empréstimos	183.084.996,72	160.815.090,96
Direitos Creditórios Descontados	16.980.384,62	17.444.389,46
Financiamentos	150.237.367,01	144.994.351,60
TOTAL	358.399.145,67	328.204.009,55

b) Cronograma de Vencimento das Operações

PRAZO	31/12/2022	31/12/2021
Vencidas a mais de 15 dias	5.003.633,42	1.951.961,94
Vencidas até 15 dias	785.694,56	331.069,58
Vencidas até 90 dias	44.352.625,19	40.539.993,29
Vencidas de 91 até 180 dias	36.431.419,22	26.716.270,81
Vencidas de 181 dias até 360 dias	61.741.414,41	53.009.372,87
Vencidas de 361 dias até 720 dias	72.558.862,82	70.319.938,40
Vencidas acima de 720 dias	130.795.704,39	131.126.801,77
TOTAL (1)	351.669.354,01	323.995.408,66

(1) Os valores estão compostos por saldos de Empréstimos, Financiamentos e Direitos Creditórios Descontados, excluídos as rendas a apropriar, saldos de Adiantamento a Depositante e Utilização de Cheques Especial.

c) Classificação pelo Risco

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são apuradas em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e estão de acordo com as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

NÍVEL	% Mínimo Requerido	CARTEIRA DE CRÉDITO		PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
A	0,5	143.524.214,41	144.242.873,88	717.621,07	865.457,24
B	1,0	154.960.354,18	133.582.513,70	1.549.604,02	1.469.407,65
C	3,0	30.468.666,73	31.901.168,26	914.060,00	988.936,58
D	10,0	11.796.780,15	5.072.076,25	1.179.678,02	507.207,63
E	30,0	2.554.524,26	4.720.239,48	766.357,28	1.416.071,84
F	50,0	2.484.964,56	2.774.250,47	1.242.482,28	1.387.125,24
G	70,0	1.848.635,03	662.096,37	1.294.044,52	463.467,46
H	100,0	10.761.006,35	5.248.791,14	10.761.006,35	5.248.791,14
TOTAL		358.399.145,67	328.204.009,55	18.424.853,54	12.346.464,77

d) Valores em Prejuízo Registrados no Compensado

PERÍODO	31/12/2022	31/12/2021
Últimos 12 meses	2.915.253,83	2.297.388,39
De 13 a 48 meses	4.407.318,60	2.867.957,07
Superior a 48 meses	2.004.830,56	1.949.902,78
TOTAL	9.327.402,99	7.115.248,24

(i) No exercício de 2022 foram recuperados R\$ 2.074.517,37 em operações registradas como despesas de créditos baixados como prejuízos. No mesmo período de 2021 registramos recuperação de R\$ 1.908.063,51.

NOTA 09 – OUTROS CRÉDITOS

São importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas e jurídicas domiciliadas nos Países. São formados por rendas a receber, adiantamentos e antecipações salariais e devedores diversos conforme demonstrado a seguir:

DIVERSOS	31/12/2022	31/12/2021
Rendas a receber ¹	603.812,33	743.847,85
Adiantamento e antecipações salariais ²	69.574,93	35.899,51
Adiantamento para pagamento de nossa conta	10.960,00	248,22
Depósitos Judiciais	7.261,20	7.261,20
Devedores Diversos ³	607.811,89	625.245,99
TOTAL	1.299.420,35	1.412.502,77

- (1) O valor de rendas a receber refere-se a juros de cheque especial, adiantamento a depositante e comissões a receber de terceiros de competência do mês em curso que serão liquidadas no mês subsequente.
- (2) Adiantamento e antecipações salariais refere-se ao pagamento de férias cujo gozo ocorrerá no semestre subsequente.
- (3) Devedores diversos é composto por diferenças de caixa, pendências a regularizar e outros devedores.

NOTA 10 – OUTROS VALORES E BENS
a) Ativos não Financeiros Mantidos para Venda

Referem-se a bens de propriedade da instituição, não utilizados no desempenho da atividade social, inclusive os recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa liquidação.

A cooperativa avalia no mínimo anualmente se há evidências ou novos fatos que indiquem redução significativa no valor dos ativos não financeiros mantidos para venda em conformidade com a Resolução CMN nº 4.747/2019.

b) Despesas Antecipadas

Representam despesas pagas antecipadamente e das quais decorrerão benefícios para a Uniprime Pioneira em períodos seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo de aquisição e amortizadas à medida em que forem sendo realizadas, em observância ao regime de competência.

DESPESAS ANTECIPADAS	31/12/2022	31/12/2021
Seguros	4.409,48	3.688,97
Uniformes	123.079,55	23.151,66
Licenças / Certificados	9.656,26	9.731,55
Aluguéis	18.720,00	-
Outras Despesas Antecipadas	15.154,15	1.149,60
TOTAL	171.019,44	37.721,78

NOTA 11 – ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Representam direitos realizáveis após o término dos doze meses subsequentes à data do balanço.

Contas	31/12/2022	31/12/2021
Participações de Cooperativas	2.825.715,90	-
Centralização Financeira – Cooperativas ¹	34.000.710,18	29.038.604,02
Operações de Crédito	203.354.567,21	201.446.740,17
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.224.911,86)	(7.448.424,24)
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda ²	1.096.525,86	2.852.793,78
Despesas Antecipadas	3.590,27	3.443,80
TOTAL	231.056.197,56	225.893.157,53

- (1) Aplicações financeiras de longo prazo depositadas na Uniprime Central Nacional, que as aplica de forma centralizada em fundo de investimentos e títulos de renda fixa, mantidos até o vencimento do papel. A receita é apropriada mensalmente conforme determina o regime de competência.
- (2) Ativos não financeiros mantidos para venda que não foram vendidos no período de 1 ano, contado a partir do reconhecimento inicial do ativo, conforme estabelece o artigo 5º da Resolução CMN 4.747/2019.

NOTA 12 – INVESTIMENTOS

Em conformidade com a IN BCB nº 250/2022, com texto vigente pela IN BCB nº 268/2022, em 1º de julho de 2022 a Uniprime Pioneira reclassificou o investimento mantido na Uniprime Central Nacional para o subgrupo “Títulos e Valores Mobiliários”.

NOTA 13 – IMOBILIZADO

O Imobilizado de uso é demonstrado pelo custo de aquisição menos a depreciação acumulada. As depreciações são calculadas com base no histórico da empresa do prazo de utilização dos benefícios gerados por estes ativos. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 estão assim representados:

IMOBILIZADO DE USO	Taxa Anual	31/12/2022	31/12/2021
Imobilizado em Estoque	-	240.907,71	12.652,44
Imobilizações em Curso	-	-	1.450,00
Instalações	10%	848.698,24	848.698,24
(-) Depreciação Acumulada	-	(113.159,68)	(28.289,92)
Móveis e Equipamentos	10 a 50%	8.202.652,61	6.654.326,78
(-) Depreciação Acumulada	-	(2.636.587,64)	(1.907.699,91)
Veículos	20%	223.221,72	193.913,85
(-) Depreciação Acumulada	-	(115.884,81)	(146.342,51)
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	10%	2.780.581,62	820.301,69
(-) Depreciação Acumulada	-	(151.955,96)	(17.489,02)
Imóveis	4%	11.735.372,34	11.735.372,34
(-) Depreciação Acumulada	-	(1.357.457,88)	(967.890,72)
TOTAL		19.656.388,27	17.199.003,26

NOTA 14 – DEPÓSITOS E RECURSOS DE LETRAS IMOBILIÁRIAS E SIMILARES
a) Depósitos

O grupo de depósitos é constituído pelo saldo mantido pelos cooperados em conta corrente (depósito à vista), depósitos de poupança e em aplicações financeiras (depósito sob aviso e a prazo), conforme abaixo:

Depósitos	31/12/2022	31/12/2021
À Vista	62.731.723,80	54.598.484,71
Poupança	1.026.679,14	825.762,20
Sob Aviso	4.351.021,94	4.701.402,45
A Prazo	348.325.867,74	297.476.692,65
TOTAL	416.435.292,62	357.602.342,01

b) Recursos de Letras Imobiliárias, de crédito e Similares

Constituído por obrigações representadas por Letras de Crédito Imobiliário e Letras Financeiras

Depósitos	31/12/2022	31/12/2021
Letras de Crédito Imobiliário	98.580.120,49	11.672.965,69
Letras Financeiras ¹	1.033.567,93	597.294,89
TOTAL	99.613.688,42	12.270.260,58

(1) Letras Financeiras emitidas pela instituição com vencimento de 24 e 36 meses, sendo vedado o resgate, total ou parcial, antes do prazo pactuado conforme preconiza a Resolução do CMN 5.007/22.

c) Cronograma de vencimento dos Depósitos e Recursos de Letras Imobiliárias e Similares

Prazo	31/12/2022
Depósitos sob aviso e vencidos	4.351.021,94
Vincendos em 1 ano	11.326.960,54
Vincendos em 2 anos	84.775.474,42
Vincendos após 2 anos	351.837.121,20
TOTAL ⁽¹⁾	452.290.578,10

(1) Os depósitos à vista e depósitos de Poupança não foram considerados no cronograma de vencimento.

As despesas com captação no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 46.113.047,82 (2021 – R\$ 13.664.033,51), registradas na rubrica “Despesas de Intermediação Financeira – Operações de captação no mercado” na demonstração do resultado.

NOTA 15 – RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS

Trata-se de recursos em trânsito em razão de recebimentos efetuados por conta de terceiros.

NOTA 16 – OUTRAS OBRIGAÇÕES
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Trata-se do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF) a ser recolhido conforme determina a legislação.

b) Sociais e Estatutárias

Sociais e Estatutárias	31/12/2022	31/12/2021
FATES – Resultado de Atos com associados ¹	2.374.442,89	3.247.450,45
Fundos Voluntários ²	6.431.841,85	8.077.952,66
Cotas de Capital a pagar ³	508.874,00	550.287,23
TOTAL	9.315.158,74	11.875.690,34

- (1) FATES – No exercício de 2022 foram utilizados R\$ 1.666.796,13 (R\$ 935.925,72 em 2021) na conta de FATES, representando gastos com assistência técnica, educacional e social.
- (2) Fundos voluntários referem-se a recursos que correspondem a obrigações e que sejam destinados a fins específicos, constituídos com as sobras líquidas apuradas no encerramento do exercício social das cooperativas de crédito, conforme previsto no § 1º do art. 28 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.
- (3) O valor em cotas de capital a pagar refere-se à restituição do capital integralizado pelo associado, em razão do seu desligamento, por demissão, exclusão ou eliminação, conforme estabelecido no parágrafo 4º do artigo 24 da Lei nº 5.764/71.

c) Fiscais e Previdenciárias

Referem-se aos impostos e contribuições a recolher devidos pela instituição ou retidos na fonte, que serão recolhidos posteriormente conforme determina a legislação.

FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	26.455,49	18.912,31
Impostos e Contribuições sobre Salários	546.925,84	385.017,05
Outros Impostos e Contribuições a Recolher	498.064,20	317.359,06
TOTAL	1.071.445,53	721.288,42

d) Diversas

Representam os valores destinados à formação de provisão e obrigações com terceiros, conforme segue:

DIVERSAS	31/12/2022	31/12/2021
Cheques Administrativos ¹	806.850,01	745.753,09
Obrigações por Aquisição de Bens de Terceiros ²	214.368,50	857.473,82
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	145.888,07	174.144,82
Despesas com Pessoal ³	2.041.610,03	2.068.615,78
Outras Despesas Administrativas	-	10.573,87
Outros Pagamentos	-	229.863,51
Provisão para contingências ⁴	157.900,31	-
Provisão para garantias financeiras prestadas ⁵	1.399.458,02	852.856,05
Credores Diversos ⁶	280.758,98	236.695,80
TOTAL	5.046.833,92	5.175.976,74

- (1) Cheques emitidos contra o próprio caixa da instituição, que serão compensados no decorrer do exercício seguinte.
- (2) Obrigação por aquisição de imóvel para uso da instituição.

- (3) Provisão para pagamento de despesas com pessoal representa o valor necessário para pagamento de férias, gratificações e seus respectivos encargos, apurados pelo número de dias de direito dos funcionários.
- (4) Provisão de processos cíveis classificados com probabilidade de perda provável, amparada na opinião dos assessores jurídicos da cooperativa.
- (5) Provisão constituída para cobertura de perdas associadas às garantias financeiras prestadas nos termos da resolução do CMN nº 4.512/2016. Os parâmetros de provisionamento são estabelecidos com base nos critérios mínimos determinados pela Resolução do CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2022 o valor garantido era de R\$ 35.748.154,47 (R\$ 26.877.669,55 em 2021) referente a operações de cartão mediante convênio com outras instituições do sistema financeiro nacional.
- (6) Credores diversos representa valores a pagar a fornecedores e obrigações pendentes a serem regularizadas no decorrer do semestre seguinte.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido é composto por Capital Social, Reserva de Lucros e Sobras Acumuladas.

a) Capital Social

O capital social é dividido em cotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes. O ingresso ou a permanência no quadro social é livre àqueles que desejarem utilizar os produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa, desde que adiram aos propósitos sociais, concordem, preencham e satisfaçam as condições estabelecidas no Estatuto Social e no Regimento Interno da Cooperativa.

O capital social e número de associados estão assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Capital Social	54.344.486,21	45.611.839,46
Número de Associados	11.191	9.319

b) Integralização e baixas de Capital

Representam o ingresso de novos associados com integralização de cotas-partes e o desligamento de associados mediante solicitação de devolução do capital integralizado. Também constam nessas movimentações as novas captações de cooperados ativos.

c) Juros sobre capital próprio

No exercício de 2022 a cooperativa realizou o pagamento de juros sobre o capital próprio, totalizando o valor de R\$ 3.982.741,23 (R\$ 1.894.888,17 em 2021). O cálculo dos juros sobre o capital próprio está de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 130/2009 e trata-se de remuneração das cotas-partes do capital limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).

d) Gestão do Capital

A análise de suficiência de capital na visão regulatória tem como objetivo avaliar se a Instituição possui Patrimônio de Referência (capital disponível) em nível superior ao capital exigido para cobertura dos riscos. A plena adaptação ao arcabouço regulatório de Basileia III, em conjunto com a capacidade de gerar resultados, contribui para que a Uniprime mantenha índices de capital estáveis, com folga de capital em patamar confortável em relação ao mínimo regulatório.

Os fluxos de capital são um aspecto importante na análise de vulnerabilidades. A composição do capital da Uniprime Pioneira mostra que o nível de concentração de risco é muito baixo, sendo que o maior saldo de capital representa 5,22% da composição total. A estratégia de diversificação sinaliza que o nível de concentração está equilibrado.

A Uniprime conta com estrutura de política regulatória para monitoramento de capital, relatório semestral, e adicionalmente, publica em seu site os dados referentes ao capital que visam a transparência e a saúde financeira da cooperativa.

e) Reserva Legal

O fundo de reserva das cooperativas de crédito é constituído de acordo com o artigo 28, inciso I, da Lei nº 5.764/71, e é destinado a compensar perdas e a atender ao desenvolvimento de suas atividades. Ao final do exercício as cooperativas são obrigadas a destinar no mínimo 10% das Sobras Líquidas do Exercício, sendo que esse percentual pode ser aumentado se deliberado por Assembleia Geral Extraordinária e homologado por meio do Estatuto Social. Para a cooperativa, o percentual utilizado é de 30% das sobras líquidas do exercício, conforme o estatuto social.

f) Sobras ou Perdas Acumuladas

As sobras acumuladas do exercício de 2021 foram destinadas conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 04 de abril de 2022. O saldo de R\$ 4.762.731,42 representa o resultado da Cooperativa no exercício de 2022 após as destinações legais para reserva e FATES.

As sobras do exercício estão assim compostas:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Resultado do Exercício – DRE	7.937.885,70	8.903.200,61
FATES s/ ato não cooperativo Art. 87 da Lei nº 5.764/71	-	-
Sobras Líquidas do Exercício	7.937.885,70	8.903.200,61
FATES (10%)	(793.788,57)	(1.335.480,09)
Reserva Legal (30%)	(2.381.365,71)	(2.670.960,18)
Realização de Reservas	-	-
TOTAL	4.762.731,42	4.896.760,34

NOTA 18 – COMPENSADO

Representado pelas seguintes contas:

DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
Coobrigação e riscos em garantias prestadas	35.748.154,47	26.877.669,55
Custódia de valores	114.283.005,35	13.438.108,56
Contratos de seguros ¹	109.301.611,63	93.295.886,38
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	6.298.543,97	5.024.217,22
Avais, fianças e outras garantias recebidas	759.351.579,89	702.866.563,49
Depósitos de Poupança Segregados	1.026.679,14	825.762,20
Créditos baixados como prejuízo	9.327.402,99	7.115.248,24
Créditos contratados a liberar	95.847.446,79	84.344.349,69
Valores de Capital Realizado e P.L. Mínimo de Participadas	-	2.598.715,90
Classificação da carteira de crédito	358.399.145,67	328.204.009,55
TOTAL	1.489.583.569,90	1.264.590.530,78

(1) A Cooperativa adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos, cujas coberturas são consideradas suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade. Destacamos também a contratação de seguro de vida a todos os funcionários e dirigentes da cooperativa.

NOTA 19 – RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA
a) Receitas da Intermediação Financeira

DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de adiantamento a depositantes	914.202,25	436.252,73
Rendas de empréstimos	42.892.515,78	25.470.783,18
Rendas de direitos creditórios descontados	3.687.114,20	2.511.017,02
Rendas de Financiamentos	28.647.476,65	15.095.191,53
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	2.074.517,37	1.908.063,51
Rendas com títulos e valores mobiliários	4.000,57	1.423,52
Ingressos de depósitos intercooperativos	15.649.576,30	4.630.947,36
TOTAL	93.869.403,12	50.053.678,85

b) Despesas da Intermediação Financeira

DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
Despesa depósito de poupança	74.286,36	18.937,87
Despesa depósito de aviso prévio	552.711,19	201.036,07
Despesa depósito a prazo	38.769.919,78	12.550.044,25
Despesa de Letras de Crédito Imobiliário	5.981.774,91	353.271,21
Despesa de Letras Financeiras	116.773,04	22.464,91
Despesa contribuição ordinária FGCOOP	617.582,54	518.279,20
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	9.630.744,13	4.986.397,55
TOTAL	55.743.791,95	18.650.431,06

NOTA 20 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS
a) Despesas de Pessoal

DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
Honorários	2.268.453,31	1.509.787,58
Proventos	8.356.752,48	7.648.323,42
Encargos Sociais	3.237.584,06	2.612.744,22
Benefícios	3.077.661,65	2.258.872,93
Treinamentos	7.406,70	5.532,92
TOTAL	16.947.858,20	14.035.261,07

b) Outras Despesas Administrativas

DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
Água, Energia e Gás	297.125,35	231.288,01
Aluguéis	1.320.549,48	707.490,32
Comunicação	589.338,18	430.081,59
Manutenção e Conservação de Bens	355.998,05	276.944,24
Material	245.276,76	228.425,79
Processamento de Dados	1.501.464,01	1.972.176,48
Promoções e Relações públicas	580.894,80	218.609,39
Propaganda e Publicidade	871.211,87	461.964,15
Publicações	4.170,00	2.730,00
Seguros	79.777,81	71.254,79
Serviços do Sistema Financeiro	998.727,84	920.870,38
Serviços de Terceiros	227.726,39	140.520,34
Vigilância e Segurança	1.449.237,43	1.258.313,27
Serviços Técnicos Especializados	670.363,49	257.929,32
Transporte	152.143,96	111.152,30
Viagens	98.678,70	54.230,50
Depreciação	1.422.192,17	970.953,17
Outras	2.590.341,36	1.868.303,42
TOTAL	13.455.217,65	10.183.237,46

c) Outras Receitas Operacionais

DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
Reversão de outras provisões Operacionais	571.095,13	273.341,74
Rendas de Processamento SPB	228.317,48	236.269,74
Recuperação de encargos e despesas	25.209,77	-
Outras Rendas Operacionais	80,00	16.071,17
TOTAL	824.702,38	525.682,65

d) Outras Despesas Operacionais

DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
Despesa de descontos concedidos	702.951,51	200.716,75
Despesa de juros sobre o capital	3.982.741,23	1.894.888,17
Despesa de Processamento SPB	295.579,08	242.167,53
Despesa com convênios	1.752.573,39	1.724.353,90
Outras despesas operacionais	114.854,47	72.398,76
Despesa de provisões passivas	704.502,28	536.064,03
TOTAL	7.553.201,96	4.670.589,14

NOTA 21 – DIVULGAÇÃO SOBRE PARTES RELACIONADAS

Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que se relaciona de maneira relevante com a cooperativa. A cooperativa deve divulgar a natureza do relacionamento, montante das transações, prazos e condições, garantias dadas ou recebidas e provisão para crédito de liquidação duvidosa. Destacamos entre as nossas partes relacionadas a Uniprime Central e os membros estatutários.

a) Uniprime Central

A Cooperativa possui uma relação de filiação com a Uniprime Central, cuja participação no capital social é de R\$ 2.825.715,90 em 31 de dezembro de 2022. Entre as obrigações da Uniprime Pioneira com essa relação, destacamos: subscrever e realizar as cotas-partes do capital social na Central e satisfazer pontualmente seus compromissos financeiros com a Uniprime Central.

A Uniprime Central tem a função de normatizar, controlar e padronizar todas as atividades operacionais e tecnológicas das singulares filiadas. A Central administra o Sistema de Tecnologia denominado Sistema de Tecnologia Uniprime – STU.

b) Membros Estatutários

Remuneração: Na Assembleia Geral Ordinária, realizada anualmente é estabelecida a remuneração para a Diretoria Executiva, Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal. Em assembleia realizada em abril de 2022 foi aprovado para a Diretoria Executiva e Presidente do Conselho de Administração um limite máximo mês de pró-labore de R\$ 106.118,40 e R\$ 3.236,14 de diária de viagem quando representando a cooperativa ou participando de reuniões, cursos, congressos e similares. As cédulas de presença dos conselheiros de administração e fiscal por dia trabalhado dedicado à Uniprime Pioneira ficaram assim definidas: R\$ 1.658,10 válida para todos os membros do Conselho que compareçam à reunião.

Operações Ativas e Passivas: Foram realizadas transações com membros estatutários na forma de depósitos, operações de crédito, capital social e outros serviços. As taxas e prazos oferecidos para estes membros são condizentes com as usufruídas pelos demais cooperados da nossa cooperativa.

Demonstramos o montante de operações ativas e passivas com membros estatutários:

NATUREZA DA OPERAÇÃO	31/12/2022	% EM RELAÇÃO DO TOTAL
Operações de Crédito	2.922.862,07	0,82%
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	28.417,99	0,15%
Operações Ativas	2.894.444,08	
Depósitos	15.598.640,98	3,02%
Capital Social	1.484.066,41	2,73%
Operações Passivas	17.082.707,39	

Outras Partes Relacionadas: Outras partes relacionadas é representada por familiares próximos (pais, filhos e cônjuges) de membros estatutários, com potencial influência de alteração do capital destes.

NATUREZA DA OPERAÇÃO	31/12/2022	% EM RELAÇÃO DO TOTAL
Operações de Crédito	980.546,93	0,27%
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	20.757,59	0,11%
Operações Ativas	959.789,34	
Depósitos	1.590.821,82	0,31%
Capital Social	280.220,18	0,52%
Operações Passivas	1.871.042,00	

NOTA 22 – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Analisando o ativo da Uniprime Pioneira, tendo como meta a revisão dos valores relevantes em consonância com a Resolução CFC nº 1.374/11 NBC TG – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, que estabelece entre as características qualitativas fundamentais das informações contábeis-financeiras a relevância, a administração declara que não identificou evidências de perdas não recuperáveis na última avaliação realizada, no exercício de 2022.

NOTA 23 – PASSIVOS CONTINGENTES

Passivos Contingentes não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas

possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes, em observância ao Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela resolução nº 3.823/2009 do Conselho Monetário Nacional.

Em 31 de dezembro de 2022 a Uniprime Pioneira consta como Ré em treze processos cíveis classificados com probabilidade de perda possível, no valor total de R\$ 367.065,75; e dois processos de perdas prováveis no montante de R\$ 157.900,00.

NOTA 24 - PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO CMN Nº 4.966/21

A Resolução CMN nº 4.966/21 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicados aos Instrumentos Financeiros e entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Conforme prevê mencionada Resolução, o conselho de administração da Uniprime Pioneira aprovou o plano de implementação da Resolução nº 4.966/21 em reunião realizada no dia 29 de novembro de 2022. O modelo adotado foi desenvolvido pela Uniprime Central Nacional, o qual contempla a constituição de um grupo de trabalho (GT) entre Central e Singulares, composto por gerentes e técnicos das áreas envolvidas, responsáveis pelo alinhamento, detalhamento e teste das modificações estabelecidas na Resolução.

Dada a magnitude da Resolução em análise e o possível impacto contábil, com a revogação de 19 normativos, em especial a revogação da Resolução CMN Nº 2.682/99 que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o sistema Uniprime fará uma jornada de forma inteligente, dividindo o projeto em etapas a fim de possibilitar uma transição suave e eficiente, buscando pontos de assimetria com a política atual adotada pela cooperativa, levando em consideração as modificações necessárias no sistema de tecnologia e desenhando atividades, responsáveis e prazos para adequação de sistema e processos de trabalho às medidas apresentadas. Para tanto, foi estabelecido um cronograma ao GT composto por 09 etapas, e seu desenvolvimento será acompanhado pelo conselho de administração com frequência mínima semestral.

A cooperativa divulgará o status do plano de implementação nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023, já os impactos estimados da implementação da regulação contábil sobre o resultado e a posição financeira da instituição serão divulgados nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2024.

Toledo – PR, 31 de dezembro de 2022.

Valdomiro Vendramini
Diretor Superintendente

Feliz Luiz Fornari
Diretor Administrativo

Géssica Benicio Felipe
Contadora
CRC: PR – 066344/O-6